

Emendas parlamentares tornam difícil redação do texto do orçamento

BRASÍLIA — As emendas dos parlamentares acopladas ao projeto de orçamento da União para este ano geraram oito mil novos projetos de atividades orçamentárias e estão causando problemas operacionais para os técnicos do governo na redação do texto definitivo, que será levado ao presidente Sarney para sanção. Ontem, o secretário-geral do Ministério do Planejamento, Ricardo Santiago, o secretário de Orçamento e Finanças da Seplan, Pedro Pullen Parente, os secretários-gerais e todos os titulares de orçamento dos ministérios reuniram-se por duas horas para avaliar a situação e apontar soluções para que haja autorização legal de despesas dos órgãos públicos durante o período — de pelo menos um mês — em que o país vai ficar sem orçamento.

Os técnicos de orçamento dos ministérios vão juntar-se aos técnicos da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), da Seplan, e aos assessores do Legislativo, para ajudarem no processamento das cerca de seis mil emendas aprovadas pelo Congresso. Parente disse que o orçamento não é inexecutável, só precisa de tempo para ser processado. “É apenas um problema operacional, mas será resolvido”, garantiu. Depois da reunião geral, Parente e Santiago reuniram-se com o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, e decidiram marcar novos encontros durante os próximos 15 dias.

Soluções — Uma das soluções apontadas por Parente para tampar o *buraco negro* do orçamento é uma medida legislativa que possibilite e autorize pelo menos os gastos de manutenção dos órgãos públicos nesse período. Essa, porém, ainda não é uma solução, mas apenas uma das sugestões surgidas durante o encontro dos técnicos na Seplan. Outra sugestão apontada foi a interpretação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), segundo a qual os órgãos públicos podem utilizar 1/12 do orçamento no caso de o projeto ainda não estar aprovado.

Essa segunda opção não foi bem aceita pelos técnicos. O subsecretário da SOF, Inácio Danziato, explicou que só poderia ser utilizada essa alternativa no caso de o Congresso não ter aprovado o orçamento até agora, o que não aconteceu. “A LDO é clara, e fala na falta de aprovação pelo Congresso. Mas o orçamento está aprovado, falta apenas a sanção presidencial, o que nos faz descartar essa medida”, disse.

Uma alternativa totalmente descartada é a adoção de uma medida provisória pelo presidente da República. Parente disse que é impossível baixar medida provisória dispondo sobre orçamento, pois a matéria é “indelegável”. Foi levantada ainda uma outra possibilidade durante a reunião, baseada na interpretação da Lei 4.320, que regula os direitos financeiros. A lei diz que não havendo lei de orçamento passa a vigorar o orçamento do ano anterior.